TL 3122

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO FEDERAL ALDO ARANTES, PCdoB-GO, NA SESSÃO ESPECIAL EM SOLIDARIEDADE À LUTA DO POVO DO TIMOR-LESTE

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores Membros do Corpo Diplomático,

Senhores Roque Rodrigues e Luis Cardoso de Noronha, representantes da Resistência Timorense, aqui presentes,

Senhores Convidados,

A realização desta Sessão Especial tem um importante significado para esta Casa em relação à luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e independência. Tal acontecimento significa o desejo de conhecer melhor o problema para se integrar com mais eficácia na solidariedade internacional à brava luta desse povo.

O Timor-Leste é uma ilha situada ao norte da Austrália, com um território de 18.899 km2. Sua população, em 1990, era de mais de 700 mil habitantes. A língua nacional é o tetum, mas falam-se vários dialetos, e o

português é o idioma oficial. Mais de 90% dos timorenses são membros da Igreja Católica, enquanto na Indonésia predomina a religião muçulmana.

A costa do Timor é rica em petróleo. Calcula-se que tenha aproximadamente 5 bilhões de barris de reserva de petróleo na região marítima entre o Timor-Leste e o norte da Austrália, conhecida como Fossa de Timor (Timor Gap). Em 11 de dezembro de 1989, numa atitude condenável, Indonésia e Austrália assinaram acordo de exploração do petróleo do Timor.

O Timor-Leste foi durante quase 500 anos colônia portuguesa. Os portugueses ali chegaram em 1515, ocupando a parte leste da ilha. Em 1651 os holandeses ocuparam a parte oeste. No final da Segunda Guerra Mundial a Indonésia declara a sua independência e incorpora a parte oeste do Timor ao seu território. Entre 1945 e 1974 a Indonésia afirmou à ONU não ter qualquer reivindicação sobre o território do Timor-Leste.

Em 30 de setembro de 1975 um golpe militar derrubou o Presidente Sukarno, da Indonésia, provocando um verdadeiro genocídio. Segundo dados da Fundação Britânica Lord Russel, em apenas três meses foram assassinados mais de um milhão de pessoas. Instalou-se uma sangrenta ditadura que tem se mantido na base da violência e da repressão.

Com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, Portugal entrega à ONU um memorando afirmando sua disposição de cooperar com a independência das ex-colônias. Em novembro de 1975, após uma guerra civil de um mês, a Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente (FRETILIN) declarou a independência da região. No mês seguinte, sob pretexto de acabar com a guerra civil, forças indonésias invadiram o Timor-Leste e o ocupam desde então. Em julho de 1986 a Indonésia proclamou o Timor-Leste como a sua 27ª Província.

A resistência à ocupação da Indonésia foi encabeçada pela FRETILIN e pelas Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL). A amplitude da resistência demonstrou a determinação desse povo de não aceitar o seu genocídio físico e cultural e de lutar pela sua identidade e pela conquista da autodeterminação e independência de sua pátria.

Em 1977 a Indonésia utilizou napalm e fósforo branco contra as áreas de resistência. Em 1979 a Indonésia controlava todo o País e acreditava que a FRETILIN estava derrotada. No entanto, ressurge das montanhas e matas do Timor guerrilheiros liderados por Xanana Gusmão

No Final de 1980 foi constituído o Conselho Nacional da Resistência Maubere, que engloba a FRETILIN, a União Democrática Timorense - UDT - e outros grupos independentes. Tal fato teve enorme significado por representar uma unificação da resistência timorense, dando novo alcance à luta desse povo pelos seus objetivos.

Durante esses quase vinte anos de ocupação pelo Exército da Indonésia foram assassinadas 200 mil pessoas, o correspondente a 1/3 da população na época em que o Timor-Leste foi ocupado.

A gravidade da violação dos Direitos Humanos, no entanto, só alcançou repercussão internacional com o Massacre de Santa Cruz. Quinze dias após o assassinato do estudante Sebastião Rangel, realizou-se uma manifestação com uma procissão até o cemitério Santa Cruz, em Dili, Capital do Timor-Leste. Os soldados de Jacarta atacaram o povo em manifestação pacífica, assassinando friamente 273 jovens. A presença de um jornalista estrangeiro, que filmou o acontecimento, fez com que esse fato viesse ao conhecimento da opinião pública internacional.

O regime indonésio está promovendo um genocídio físico e cultural do povo timorense. Segundo o livro da Amnistia Internacional, Indonésia Timor-Leste, o Relator Especial das Nações Unidas sobre a Tortura concluiu em janeiro de 1992 seu relatório, afirmando que a tortura é uma prática comum no Timor-Leste. O mesmo livro destaca que milhares de timorenses do Leste foram detidos sem acusação ou julgamento desde a invasão, sendo que muitos deles "desapareceram".

No livro publicado pela Assembléia da República de Portugal, intitulado "Timor-Leste - Fatos e Documentos", foram transcritas declarações de Inácio Moura sobre o Timor-Leste, cujo sumário é o seguinte:

"Duzentos mil mortos desde a invasão.

Várias aldeias eliminadas em resultado de ataques aéreos.

Campos de concentração, torturas e prisões.

Ausência total de liberdade de expressão e associação."

Este massacre terminou por atingir duramente a resistência timorense. Em 20 de novembro de 1992 foi preso Xanana Gusmão. Mesmo assim, a luta do povo timorense continua, sob as mais diferentes formas.

E o fator impulsionador desta determinação de luta é a rebeldia contra a opressão exercida pelos indonésios e o desejo da independência e autodeterminação do povo do Timor.

Apesar da Indonésia tentar passar a idéia de que o Timor não tem uma identidade própria e que a anexação do Timor-Leste foi fruto do desejo daquela população, os fatos demonstram cabalmente o contrário. A

quantidade de pessoas assassinadas pelos indonésios indica a determinação de luta do povo timorense.

Essa determinação se explica pela rebeldia contra a agressão do invasor, pelo desejo de construção de sua pátria e pela afirmação de sua identidade própria. Xanana Gusmão em seu livro "Um povo uma Pátria", caracterizou a identidade étnica, histórica, cultural e religiosa do povo timorense. Ele Afirmou que: "a secular dominação portuguesa contribuiu para definir o espaço territorial, identificado como Timor-Leste, habitado por um povo que adquiriu personalidade própria, que se chama Maubere." É a disposição desse povo de construir uma Pátria independente que explica a sua tenacidade em lutar contra a potência agressora.

A história tem nos demonstrado que países pequenos e pobres como o Vietnam e Cuba são capazes, pela determinação de seu povo, de derrotar países fortes e ricos. A amplitude e o tempo de resistência do povo da pequena Timor-Leste mostra a sua decisão de construir um novo futuro para os seus filhos.

Outro fator que tem aguçado a rebeldia do povo timorense é a repressão religiosa desencadeada pelo Governo indonésio. A proibição da celebração da Missa em "tetum" não foi acatada pelo Clero e pelo Bispo local, Dom Ximenes Belo, membro destacado da resistência timorense.

A participação de padres na justa luta do povo timorense tem tido como consequência uma violenta repressão do Exército indonésio. A ocupação do Timor-Leste pelas tropas da Indonésia nunca foi aceita pela Organização das Nações Unidas. A Resolução do Conselho de Segurança da ONU, de 22 de dezembro de 1985, reconheceu o direito inalienável do povo do Timor-Leste à autodeterminação e independência e determinou que o

governo indonésio retirasse, sem demora, todas as suas forças do território timorense. Por outro lado, a Assembléia Geral da ONU, em 1° de dezembro de 1976, lamentou de forma decidida a negativa do governo indonésio de aplicar as Resoluções da ONU e "rejeitou a alegação segundo a qual o Timor-Leste havia se integrado à Indonésia na medida em que a população do Território não teve condições de exercer livremente seu direito à autodeterminação e independência".

A Anistia Internacional enviou documento ao Comitê Especial de Descolonização das Nações Unidas, datado de 11 de julho deste ano, intitulado "TIMOR-LESTE, Vinte Anos de Violações" onde afirma que "A Indonésia tem administrado o Timor-Leste nos últimos 20 anos. Durante este período, os direitos dos Lestes-Timorenses suspeitos de atividades pró-indepedência têm vindo a ser sistematicamente violados. A Anistia Internacional lamenta que na Declaração que hoje fazemos tenhamos de mais uma vez chamar a atenção dos Estados Membros das Nações Unidas para um inventário de violações dos direitos humanos em Timor-Leste. Face a um renovado esmagamento pelo Governo Indonésio dos direitos básicos dos Leste-Timorenses, a Anistia Internacional aproveita esta oportuniudade para descrever as violações e propor recomendações que, caso sejam implementadas, poderão melhorar a situação dos direitos humanos".

O documento da Anistia Internacional afirma que "Embora o ICRC tenha acesso aos detidos, a Anistia Internacional continua a receber informações de que os presos políticos são regularmente torturados. Mesmo os presos que são visitados pela Cruz Vermelha não estão livres de torturas, antes ou depois das visitas. Os presos contam que são pressionados a não descrever as torturas e maus-tratos de que são alvo à Cruz Vermelha. Pelo

menos um detido revelou ter sido pressionado a recusar encontrar-se com a Cruz Vermelha".

Esta semana recebí um novo informe da Anistia Internacional, datado de 14 de setembro. O texto trata de novas violências contra o povo timorense e diz que "os disturbios começaram em 8 de setembro, aparentemente provocados pelas notícias de que um guarda penitenciário indonesiano teria insultado a Igreja Católica. Os protesto se espalharam pela cidade e houve ataques contra a polícia e migrantes indonesianos. Carros, lojas e um mercado foram incendiados. Entre 50 e 100 pessoas teriam sido detidas pela Polícia e pelo Exército". O informe alerta que "Até 22 pessoas estariam detidas em Dili, Capital. A Anistia Internacional teme que há um sério risco de tortura e espacamento dos presos, e há informações que algumas pessoas já foram severamente espancadas".

Numa demonstração clara de disposição de busca de diálogo, o Conselho Nacional da Resistência Maubere apresentou um Plano de Paz, dispondo-se a participar de negociações, no âmbito da ONU, sem pré-condições, com a Indonésia. O plano propõe três fases: a primeira, a fase humanitária, com a desmilitarização do território, com a formação pela ONU de uma força policial timorense, a nomeação de um representante do Secretário Geral da ONU residente no território e a libertação dos presos políticos. A segunda fase, da autonomia, com a legalização dos partidos políticos e a eleição de uma Assembléia Territorial organizada e supervisionada pela ONU; com a eleição por essa Assembléia de um governador timorense, e a retirada do restante das forças e funcionários indonésios. A terceira fase, autodeterminação, com a realização de consulta livre ao povo sobre o futuro do Território, organizada pela ONU.

Todavia, a Indonésia insiste em excluir os representantes do Timor-Leste das conversações que realiza com Portugal. No entanto, não há a menor possibilidade de uma solução para a questão do Timor-Leste sem que o seu povo participe diretamente nas discussões e na procura de uma solução.

Foi para discutir esta situação que realizou-se em Lisboa, entre os dias 31 de maio a 2 de junho do corrente ano, a Conferência Interparlamentar de Lisboa sobre o Timor-Leste, com a participação de 77 parlamentares de 31 países dos diversos Continentes, onde representei a Câmara dos Deputados do Brasil.

Naquele evento o Presidente de Portugal, Mário Soares, teve sua mensagem lida na abertura, manifestando sua total solidariedade a esta justa luta, ao afirmar: "O Povo de Timor-Leste tem mostrado uma inegável capacidade de resistência e acabará por impôr os seus legítimos direitos. As ditaduras não são eternas. Nós, portugueses, temos boas razões para o poder afirmar. Ao contrário do que pensam muitos pessimistas, o tempo não corre favorável aos ditadores. O movimento internacional de solidariedade para com Timor-Leste é irreversível. Esta Conferência Interparlamentar revela bem a extraordinária amplitude desse movimento. Os timorenses, apesar das dificuldades presentes, têm todas as razões para ter esperança. Que esta reunião seja mais um passo decisivo nesse caminho são os meus votos mais sinceros."

Falou também o Dr. Miguel Angel Martinez, Presidente da Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa. Em seu pronunciamento ele afirmou que o interesse dessa Assembléia na questão do Timor-Leste está relacionado com o problema dos Direitos Humanos. Afirmou ainda que a Assembléia Parlamentar do Conselho da Europa condenou firmemente a

anexação do Timor-Leste pela Indonésia, considerando-a uma violação do direito internacional dos povos à autodeterminação.

O Dr. Ramos Horta, representante especial do Conselho Nacional da Resistência Timorense, leu uma intervenção redigida por Xanana Gusmão, da prisão de Cipinang, Jacarta, onde ele denuncia a : "abusiva e intolerante violação dos direitos humanos em Timor-Leste, um caso de ambição militarista de expansão territorial que nega o direito fundamental que assiste ao Povo Maubere de escolher o seu próprio destino." Mais adiante ele afirmou: "Fazemos votos para que, uma vez na vida, os timorenses segurem nas suas mãos a responsabilidade que cada filho de Timor-Leste deve possuir e sejam possuídos da coragem e do espírito de luta dos nossos ancestrais, para afirmarmos ao mundo que somos um Povo e temos uma Pátria, violada desde há 19 anos e meio, sob a complacência dos governos ocidentais. Uma vez na vida, sejamos timorenses, sejamos dignos filhos do nosso Povo! Se as nossas posturas não envergonharem a nossa pele nem insultarem o nosso espírito de guerreiros de uma pequena meia-ilha, a solução será em breve encontrada para a felicidade do nosso Povo."

A Conferência Interparlamentar sobre o Timor-Leste, com a participação de países de todos os Continentes, representou um importante passo no crescimento da solidariedade internacional à luta do povo timorense.

A Conferência terminou por aprovar a Declaração de Lisboa, onde exorta a Indonésia a cumprir as Resoluções da ONU sobre o Timor-Leste; apela às Nações Unidas para que assegurem o respeito aos Direitos Humanos em Timor-Leste; exige a libertação imediata de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos; solicita à ONU que proclame o dia 7 de dezembro como Dia Internacional do Timor-Leste e presta homenagem à heróica e

trágica saga do povo de Timor-Leste em defesa da sua liberdade e identidade, afirmada ao longo dos séculos.

O Governo brasileiro até agora tem tido uma posição tímida, para não dizer omissa, sobre a questão do Timor-Leste. Historicamente a política externa brasileira tem sido de defesa da autodeterminação dos povos. Neste caso, com uma razão a mais, pelo fato de participarmos da comunidade internacional de língua portuguesa. Torna-se, pois, imperativo, uma posição do Governo brasileiro de apoio à justa luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação e soberania e contra os atos de violência praticados pelas forças da Indonésia.

O povo brasileiro tem o dever de solidariedade para com o oprimido povo de Timor-Leste. A solidariedade à luta pela independência e autodeterminação, a luta pela imediata libertação de Xanana Gusmão e de todos os presos políticos e a luta pela abertura de uma representação da resistência timorense no Brasil são partes integrantes da nossa solidariedade ao povo timorense.

Durante o regime militar recebemos a solidariedade ativa dos povos de inúmeros países do mundo, se solidarizando com a luta pela democracia do povo brasileiro e denunciando os desrespeitos aos Direitos Humanos. A nossa luta agora é para construir um País de igualdade e justiça social. A solidariedade ao povo de Timor-Leste é parte da luta do povo brasileiro pela construção de uma sociedade mais justa e mais humana.